

Bebê de 10 meses com meningite no município de Areal está estável

Exame apontou a bactéria *Streptococcus pneumoniae*, que não há transmissão direta

Por Gabriel Rattes

A Secretaria Municipal de Saúde de Areal atualizou as informações sobre o caso de meningite registrado no município. O paciente é um menino de 10 meses, que está internado no Hospital Alcides Carneiro, em Petrópolis, e apresenta quadro estável, com boa evolução clínica. De acordo com a pasta, este é o primeiro caso confirmado na cidade, e não há, até o momento, indicação de medidas coletivas mais amplas.

O tipo de meningite identificado é causado pela bactéria *Streptococcus pneumoniae* (pneumococo), ou seja, não é considerado de transmissão direta entre pessoas, diferentemente de outras formas mais contagiosas da doença, como a meningite meningocócica. A identificação do agente etiológico foi feita por meio de exames laboratoriais, informação considerada fundamental pelas autoridades para evitar interpretações equivocadas sobre o risco à população.

A Secretaria esclareceu que não há indicação de quimioprevenção (uso preventivo de antibióticos) para pessoas que tiveram contato com o paciente.



Erasmus Salomão/MS

Secretaria Municipal reforça que prevenção contra a doença ocorre principalmente por vacinação

Monitoramento

Segundo a Vigilância Epidemiológica, a decisão segue protocolos técnicos nacionais do Ministério da Saúde. Diferentemente da meningite meningocócica ou da causada por *Haemophilus influenzae* tipo b (Hib), o pneumococo raramente provoca casos secundários entre contatos próximos.

Por isso, a orientação é que fa-

miliares, colegas e demais pessoas que tiveram contato com a criança sejam apenas monitorados quanto ao surgimento de sintomas, sem necessidade de uso de medicamentos preventivos como rifampicina, ceftriaxona ou ciprofloxacino.

Vacinação

A Secretaria de Saúde reforça que a vacinação continua sendo a

principal estratégia de proteção contra a meningite pneumocócica. As vacinas estão disponíveis no calendário do Programa Nacional de Imunizações e são consideradas eficazes na prevenção das formas mais graves da doença.

O município também destaca a importância de manter a caderneta de vacinação das crianças atualizada, medida essencial para

reduzir riscos individuais e coletivos. Em Areal, segundo dados do Ministério da Saúde, a cidade possui uma cobertura vacinal de 100% no município. Quanto à dose de reforço, há uma cobertura vacinal de 90,48% na cidade. A Secretaria ainda esclareceu que também aplicou os imunizantes em crianças de outras regiões e municípios vizinhos.

Situação segue sob acompanhamento

A Vigilância Epidemiológica segue acompanhando o caso e ressalta que, até o momento, não há indicação de medidas coletivas mais amplas. A orientação é que a população permaneça atenta a sintomas como febre, dor de cabeça intensa, rigidez no pescoço, náuseas, vômitos e sensibilidade à luz.

Em bebês e crianças pequenas, os sinais podem ser irritabilidade, choro persistente, recusa alimentar, vômitos e moleira estufada/inchada (fontanela abaulada).

A Secretaria reforça ainda que informações oficiais devem ser acompanhadas pelos canais institucionais, evitando a disseminação de boatos.

Comércio cobra mudanças no Sinal Vida após questionamentos do TCE

Por Gabriel Rattes e Johnnata Joras

A renovação do contrato do estacionamento rotativo de Petrópolis, operado pelo sistema conhecido como Sinal Vida, ganhou um novo capítulo com o posicionamento de entidades do comércio local. Após o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) apontar falhas no processo, representantes do setor afirmam que o modelo atual precisa de ajustes para atender melhor consumidores e lojistas.

O estacionamento rotativo é o sistema que organiza o uso de vagas nas ruas, com cobrança por tempo. Ele é considerado essencial para garantir a rotatividade — ou seja, que mais pessoas consigam estacionar ao longo do dia.

Comércio pede revisão

Para o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Petrópolis, Claudio Mohammad, a forma como o contrato foi renovado levanta dúvidas e pode afetar diretamente o consumidor.

Segundo ele, a falta de concorrência no processo pode impedir melhorias no serviço. “Essa questão

jurídica e administrativa da renovação do contrato fere a concorrência, que poderia trazer preços melhores e regras menos severas, sem punir os usuários”, afirma.

Claudio também chama atenção para o impacto dos estacionamentos privados. De acordo com ele, valores altos cobrados por hora acabam afastando clientes das áreas comerciais. Ele defende a adoção de cobrança fracionada, que poderia reduzir o custo.

Sistema é essencial

Já o presidente do Sicomércio Petrópolis, Marcelo Fiorini, destaca que o estacionamento rotativo é fundamental para o funcionamento da cidade. “Sem vagas rotativas, o consumidor fica sem opção para estacionar. Quando ele sai de casa, precisa ter onde parar”, explica.

Apesar de considerar o sistema necessário, Fiorini também avalia que o valor cobrado deve ser discutido. Isso porque, na prática, muitos consumidores acabam recorrendo a estacionamentos privados.

Mais vagas

A Associação da Rua Teresa

(ARTE), um dos principais polos comerciais da cidade, também se posicionou sobre o tema. Para a entidade, o estacionamento rotativo é importante, mas a quantidade de vagas precisa ser revista. O objetivo é garantir mais espaços disponíveis para moradores e turistas que frequentam o comércio local.

O que diz o TCE

No último dia 6 de abril, o Correio Petropolitano trouxe a informação de que o TCE-RJ identificou falhas no processo de prorrogação do contrato do Sinal Vida. Entre os problemas apontados estão:

- falta de estudos atualizados;
- ausência de justificativa clara para a renovação;
- dúvidas sobre a vantagem econômica da medida;
- pouca transparência no processo

O tribunal recomendou que a Prefeitura apresente estudos técnicos mais completos e comprove que a prorrogação é a melhor opção para o município. Caso as falhas não sejam corrigidas, o contrato pode ser questionado ou até anulado.

Em 2022, a CPTrans já havia invalidado uma renovação contra-

Gabriel Toledo/CM



Prefeitura terá que apresentar estudo técnico à corte

tual que previa a operação do sistema até 2035. A decisão ocorreu após pressão da Câmara Municipal. Agora, com o novo apontamento do TCE e a manifestação das entidades comerciais, o tema volta ao centro do debate público. Para quem frequenta o co-

mércio, o tema vai além de uma discussão técnica. A dificuldade para estacionar pode influenciar diretamente na decisão de compra. “O grande problema é a falta de vagas em Petrópolis. Isso acaba atrapalhando, inclusive, os turistas, porque eles vêm para aproveitar a cidade e não encontram vagas”, afirmou o mecânico Lúcio Vicente Terra.

Se não há vagas disponíveis ou se o custo é considerado alto, muitos consumidores deixam de ir ao centro da cidade. Isso afeta o movimento das lojas e, consequentemente, a economia local. “É muito difícil encontrar vaga no centro, muita dificuldade mesmo. Eu, inclusive, preciso de vaga para deficiente. O preço também está muito acima. Isso com certeza afasta as pessoas e os turistas”, enfatizou a costureira Adriana Alves.

“O estacionamento rotativo aqui na cidade é péssimo. É caro, não tem vaga e ainda tem problema de segurança. Você paga caro por um serviço ruim. Na cidade toda é difícil estacionar”, explicou a biomédica Bárbara Mello.

Procurada pela redação do Correio Petropolitano, a CPTrans informou que ainda não foi notificada oficialmente sobre o caso e enviará todos os documentos solicitados.